

ADOÇÃO

Portal do Conhecimento/ Sumulas / Sumulas do TJRJ e Tribunais Superiores

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 24

ENUNCIADO 1 – A HABILITAÇÃO DOS REQUERENTES DEVE SE DAR TÃO SOMENTE NA SEDE DE SEU DOMICÍLIO, COM VALIDADE PARA TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, EM FACE DA CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO. AS HABILITAÇÕES CONCEDIDAS ANTEIORMENTE À EDIÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº54, DE 29/04/2008, DO CNJ, DE RESIDENTES EM OUTRA COMARCA, VIGORARÃO ATÉ O TÉRMINO DA SUA VALIDADE. CANCELADO O ENUNCIADO 15 DO VI ENCONTRO.

ENUNCIADO 2 – AS CARTAS PRECATÓRIAS, PARA INCLUSÃO EM CADASTRO, DE OUTROS JUÍZOS, VISANDO ESTUDO SOCIAL E PSICOLÓGICO, DISTRIBUÍDAS APÓS 08/05/08, DEVEM SER DEVOLVIDAS, SEM CUMPRIMENTO, POR FALTA DE INTERESSE, JÁ QUE O SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO NÃO PERMITE A DUPLICIDADE DE INSCRIÇÃO APÓS A DATA DE SUA VIGÊNCIA.

ENUNCIADO 3 – O JUIZ ENCAMINHARÁ A DEFENSORIA PÚBLICA CÓPIA DO PROCESSO EM QUE CRIANÇAS/ADOLESCENTES TENHAM SIDO DEVOLVIDOS, NO ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA EM PROCESSOS DE ADOÇÃO OU EM GUARDAS PROLONGADAS, PARA QUE SEJA ANALISADA A VIABILIDADE DA PROPOSITURA DE AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS, EM RAZÃO DE ABANDONO EFETIVO.

ENUNCIADO 4 – O JUIZ DEVE FAZER CONSTAR DO CAMPO "OCORRÊNCIAS", DO CADASTRO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, MENÇÃO À DESISTÊNCIA DO PEDIDO DE ADOÇÃO NO CURSO DO ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA, SEM PREJUÍZO DA COMUNICAÇÃO AO JUÍZO RESPONSÁVEL PELA HABILITAÇÃO.

ENUNCIADO 5 – NO CASO DE DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES, EM PROCESSO DE COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA, DEVERÁ O JUIZ ABRIR VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA QUE ESTE AVALIE A OCORRÊNCIA DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA POR VIOLAÇÃO DO ARTIGO 249 DO ECA, SEM PREJUÍZO DAS PROVIDÊNCIAS CRIMINAIS CABÍVEIS.

ABRIGOS, DESBRIGAMENTOS E COMPETÊNCIA 4 – SALVO NAS HIPÓTESES DO ART.265 DO CPC, NÃO SERÃO SUSPENSAS AS AÇÕES DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR SIMPLEMENTE PARA AGUARDAR A EXISTÊNCIA DE INTERESSADOS NA ADOÇÃO.

[AVISO TJ Nº 24, DE 10/07/2008](#)

ENUNCIADO – ATO TJ Nº SN12

ADOÇÃO INTERNACIONAL 1 – INEXISTINDO CANDIDATOS NACIONAIS A ADOTAR CRIANÇA CADASTRADA NA COMARCA SEU NOME DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO À CEJA PARA UMA ADOÇÃO INTERNACIONAL.

ADOÇÃO INTERNACIONAL 2 – DISPONIBILIZADO POR UM JUÍZO DA VARA DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO UMA CRIANÇA OU ADOLESCENTE À ADOÇÃO INTERNACIONAL E FEITA A INDICAÇÃO PELA CEJA, DEVERÁ SER DADA PRIORIDADE AO ANDAMENTO DOS PROCESSOS DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR E DA ADOÇÃO.

PROJETO DE LEI SOBRE ADOÇÃO Nº 1756/03 3 – A ORIENTAÇÃO SEXUAL DO REQUERENTE NO PROCESSO OU NA HABILITAÇÃO À ADOÇÃO NÃO CONSTITUI REQUISITO PARA O DEFERIMENTO OU INDEFERIMENTO DO PEDIDO.

PROJETO DE LEI SOBRE ADOÇÃO Nº 1756/03 4 – TRATANDO-SE DE GRUPO DE IRMÃOS, OS VÍNCULOS FRATERNOS DEVERÃO SER PRESERVADOS, PRIORIZANDO-SE A ADOÇÃO POR UMA MESMA FAMÍLIA.

PROJETO DE LEI SOBRE ADOÇÃO Nº 1756/03 5 – O DESMEMBRAMENTO DE GRUPO DE IRMÃOS SOMENTE SERÁ ADMITIDO QUANDO, DEMONSTRADA A INEXISTÊNCIA DE LAÇOS AFETIVOS, A MEDIDA FAVORECER O INTERESSE DE UM DELES E AINDA FICAR COMPROVADA DE MANEIRA INEQUÍVOCA A IMPOSSIBILIDADE DE ADOÇÃO CONJUNTA, DEVENDO SE DAR PREFERÊNCIA A FAMÍLIAS ADOTANTES QUE SE CONHEÇAM PARA QUE SE VIABILIZE O FUTURO ENTROSAMENTO DOS ADOTADOS.

[ATO TJ Nº SN12, DE 30/05/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 21

1 – O PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO PARA ADOÇÃO SERÁ PADRONIZADO MEDIANTE MODELO DE PORTARIA A SER EDITADA PELA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA.

2 – ALÉM DOS REQUISITOS EXIGIDOS NOS ARTIGOS 29 E 165 DA LEI 8069/90, E PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ OBSERVAR VÁRIAS ETAPAS QUE PERMITAM IDENTIFICAR A REAL MOTIVAÇÃO DOS ADOTANTES, SOMENTE DEVENDO CONSIDERAR-SE HABILITADO AQUELE QUE DEMONSTRAR INEQUÍVOCO INTERESSE EM BENEFICIAR O ADOTADO.

5 – SERÃO CENTRALIZADOS NA CEJA OS CADASTROS DE IDENTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS E DAS CRIANÇAS APTAS À ADOÇÃO.

6 – SERÃO REMETIDOS PARA A CEJA, TRIMESTRALMENTE, OS RELATÓRIOS DAS CRIANÇAS ABRIGADAS APTAS À ADOÇÃO.

7 – NA ADOÇÃO MONOPARENTAL INEXISTIRÁ RESTRIÇÃO POR MOTIVO DE OPÇÃO SEXUAL DO INTERESSADO, DEVENDO AVALIAR-SE CRITERIOSAMENTE A SUA CAPACIDADE PELA EQUIPE TÉCNICA.

8 – É VEDADA A ADOÇÃO A DUAS PESSOAS DO MESMO SEXO, SENDO EXPRESSA A LEGISLAÇÃO A ADMITI-LA APENAS A CASAIS.

[AVISO TJ Nº SN21, DE 07/05/2002](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 29

1.2 - NO CASO DE CONVIVÊNCIA DOS PAIS E NÃO HAVENDO PARENTES COM HABILITAÇÃO, SE A CRIANÇA TIVER PERFIL, DEVERÁ SER ENCAMINHADA PARA ADOÇÃO. ALÉM DO MAIS, O FATO DEVERÁ SER IMEDIATAMENTE COMUNICADO AO MINISTÉRIO PÚBLICO E À DPCA, PARA PROVIDÊNCIAS DE ORDEM PENAL.

13.1 - RECOMENDA-SE O ATENDIMENTO AO PRECEITO CONSTITUCIONAL QUE DETERMINA A PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, COM PRIORIDADE ABSOLUTA, INTEGRANDO TODAS AS VARAS COM COMPETÊNCIA EM INFÂNCIA E JUVENTUDE, COM DISPONIBILIZAÇÃO E CONSULTA DIRETA PARA A CEJA-RJ DE CADASTRO PARA ADOÇÃO.

13.2 - RECOMENDA-SE A CRIAÇÃO DE CADASTROS PARALELO AO DE ADOÇÃO (CADASTRO DE GUARDA) BUSCANDO PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES JÁ EM FUNCIONAMENTO, INCLUSIVE AS RELIGIOSAS, PREPARANDO, INSTRUINDO E ORIENTANDO OS INTERESSADOS SOBRE A PROVISORIEDADE DA GUARDA E A NECESSIDADE DO ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE COM O PROBLEMA DA CRIANÇA ABANDONADA.

[AVISO TJ Nº 29, DE 12/06/2001](#)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento
Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br